

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOS ALUNOS EM
CLASSE COMUM**

BRUNA THAIS DE OLIVEIRA LIMEIRA

**MANAUS- AM
2018**

BRUNA THAIS DE OLIVEIRA LIMEIRA

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOS ALUNOS EM
CLASSE COMUM**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas, elaborado sob orientação da Professora M.Sc. Andrezza Belota Lopes Machado.

**MANAUS-AM
2018**

Ficha Catalográfica Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a). Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

48e Limeira, Bruna Thais de Oliveira A educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: atendimento educacional dos alunos em classe comum. / Bruna Thais de Oliveira Limeira. Manaus: [s.n], 2018. 57 f.: il. 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Inclui bibliografia
Orientador: Machado, Andrezza Belota Lopes

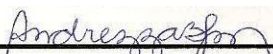
1. Educação Especial. 2. Inclusão. 3. Necessidades Educacionais Especiais. I. Machado, Andrezza Belota Lopes (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: atendimento educacional dos alunos em classe comum.

BRUNA THAIS DE OLIVEIRA LIMEIRA

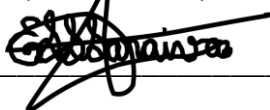
Monografia apresentada como requisito final para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Amazonas.

DATA DA APROVAÇÃO: ___/___/___

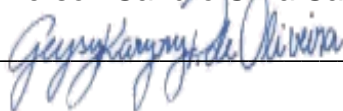
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a M.Sc. Andrezza Belota Lopes Machado
(Orientadora)



Prof. Dr. Emerson Sandro Silva Saraiva



Prof.^a M.Sc. Geysykaryny Pinheiro de Oliveira

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me apoiaram durante todos os anos da minha jornada acadêmica, especialmente minha mãe, que sempre insistiu para que eu estudasse e nunca me privou do que é mais essencial a vida, o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde mental e física para continuar batalhando nesta jornada difícil que se chama faculdade, onde teve muitas barreiras, mas graças a ele, fui capaz de conseguir pular por todas elas.

À minha família, que esteve comigo durante todo este percurso e que sempre apoiou e respeitou minhas decisões, desejando sempre o melhor para minha vida.

Aos meus amigos, que sempre compreenderam o quão minha formação é importante e nunca me deixaram de lado, mesmo eu estando sem tempo para vê-los. Obrigada por me apoiarem e atenderem sempre que eu dava qualquer grito de socorro, independentemente da situação.

A todos os meus professores da UEA, porque graças a eles que pude ter acesso a tanto conhecimento, onde eles sempre foram compreensivos e amorosos. Os professores da universidade me ajudaram a compreender o que eu quero para minha vida ao estar em sala de aula, me fazendo perceber o quanto cada vírgula e palavra é importante na minha formação como docente.

Aos membros da banca avaliadora, por aceitarem o convite para contribuírem com seus olhares e saberes para a melhoria do estudo.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

(John Dewey)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa buscou refletir a respeito do papel do professor que atua na educação inclusiva, levando em consideração a literatura e a legislação sobre a educação das pessoas com necessidade especiais, incluídos na rede regular de ensino da escola comum. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca deram consideráveis avanços quanto a orientação para a educação inclusiva nos sistemas de ensino, de modo a contemplar os direitos e as necessidades educativas de todos os educandos. Considerando o exposto a presente pesquisa tem como tema: A Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva: Atendimento Educacional dos alunos em classe comum. E como questões norteadoras: Qual a concepção dos educadores sobre a educação especial e inclusão? Qual a importância da formação de professores, para atuar na perspectiva da educação inclusiva, na formação inicial? A formação continuada deve ser feita somente com professores ou toda a equipe de gestão deveria se atualizar? Como trabalhar para que ocorra a inclusão nas salas de aula, apesar da quantidade de alunos? Na percepção dos professores, a conversa com os pais de todos os alunos, sobre a inclusão, deve existir? A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, sendo inicialmente bibliográfica e depois de campo, tendo como instrumento de coleta de dados o questionário com perguntas abertas e fechadas, semiestruturadas, como sujeitos da pesquisa, os professores da Educação Infantil. O local da pesquisa foi uma escola Municipal de Educação Infantil, localizada na Zona Centro-Sul de Manaus. Como método de análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo, por meio da qual organizamos os dados em três tópicos, sendo estes: A educação na perspectiva inclusiva, a formação de professores para o desenvolvimento da educação na perspectiva Inclusiva e os desafios do trabalho pedagógico na escola comum na perspectiva da educação inclusiva. A revisão de literatura teve como principais teóricos: Mazzota (1993-2006), Omette (2006), entre outros. Os resultados apontaram para a importância da educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, ressaltando o quanto a legislação dá subsídios para que ela ocorra nas escolas, mas não é suficiente, visto ser necessário repensar o currículo, o projeto político pedagógico e as práticas desenvolvidas nas escolas para que o aluno tenha, não apenas o acesso, que a lei garante, mas total condição para a permanência e oportunidades para que alcance do sucesso escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Necessidades educacionais especiais. O papel do professor.

LISTA DE SIGLAS

NEE – Necessidades Educacionais Especiais
AEE- Atendimento Educacional Especializado
PPP- Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo I - Educação Especial no Brasil: conceitos, sujeitos e seus direitos	15
1.1 Conceituando a Educação Especial.....	15
1.2 Educação Especial na legislação brasileira: breve passeio na história quanto a garantia de direitos.	17
1.2.1 Educação Especial no Brasil	17
1.2.2 Marcos Legais	20
Capítulo II: Pessoas com Necessidades Educacionais Incluídas na Escola Comum..	31
2.1 A Educação na perspectiva Inclusiva	31
2.1.1 Atendimento Educacional Especializado	34
2.2 Formação de professores para desenvolver a educação na perspectiva inclusiva	37
2.3 Os desafios do trabalho pedagógico na escola comum na perspectiva da educação inclusiva	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
APENDICÊ	

Introdução

A pesquisa aqui apresentada traz em sua essência a importante reflexão em relação a educação inclusiva de educandos com necessidades educacionais especiais (NEE) e o que pensam os professores da escola comum, visto que muito é falado, porém pouco realmente é pesquisado sobre. Omote (2006) comenta que:

Na natureza, cada indivíduo é diferente de seus co-especificos em uma infindável quantidade de características. Na grande maioria, os casos, essas diferenças fazem parte da variação do normal, decorrente da variabilidade intrínseca à espécie ou do conjunto de características dos diferentes grupos aos quais pertence. O conjunto dessas diferenças representa a possibilidade de a espécie adaptar-se às mudanças do meio e, no caso particular dos homens, constitui-se em uma enorme possibilidade de intervenção no meio, tornando-o adequado as suas mais variadas necessidades. (p. 254-255)

O conceito do que é diferente e do que é ser diferente muito vem sido discutido durante anos, especialmente quanto as reflexões do tratamento, direitos e possibilidades que os mesmos têm quanto cidadãos, em específico no Brasil, que é um país onde o preconceito ainda se encontra muito forte, mesmo este sendo evidenciado nos tempos atuais.

É importante ressaltar que o interesse deste tema surgiu nas experiências vivenciadas nas observações de campo no estágio I em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), na zona centro-sul da cidade de Manaus, aonde, ao estar em uma sala com uma criança diagnosticada com Transtorno de Hiperatividade (TDAH) e outra com Transtorno do Espectro Autista, foi observado que, pedagogicamente, o trabalho desenvolvido pela professora era excludente e desrespeitoso em relação as necessidades educativas desses estudantes, o que gerava situações de constrangimento para eles em sala de aula e um clima tensão para toda turma, frente aos constantes gritos e palavras ameaçadoras.

Desse modo, despertou o interesse para a pesquisa como complemento acadêmico e necessidade, enquanto professora em formação, tendo em vista o importante de desafiador papel que o professor tem para desenvolver um trabalho pedagógico na perspectiva da educação na classe comum. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender, essencialmente, a partir da percepção dos professores e da literatura na área, qual a importância da formação de professores para o trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva.

É importante destacar que as crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) não fazem parte do público-alvo da modalidade de educação especial, sendo assim não são contempladas com os serviços garantidos pela legislação, como no caso das pessoas com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação, mas necessitam de um trabalho pedagógico que contemple suas necessidades educativas especiais. No entanto, se o professor não tem conhecimento na área de educação especial e dos transtornos de aprendizagem e do comportamento, bem como de metodologias para o trabalho pedagógico, o convívio na sala de aula e o trabalho que ele tem que fazer acaba se tornando mais difícil.

Frente ao contexto, a pesquisa foi importante para analisar os reflexos da formação dos professores para atuar no contexto das escolas, que recebem educandos com necessidades especiais e precisam desenvolver uma prática inclusiva, contemplando a singularidade de toda criança na sala, não somente daquela com alguma Necessidade Educacional Especial (NEE), pois todos os educandos necessitam de estratégias e metodologias de ensino diversificadas, visto que cada um aprende de diferentes formas.

A pesquisa buscou contribuir ainda, para a reflexão sobre a formação de professores concernente ao tema em estudo, para que possam desenvolver uma didática inclusiva, tendo como alvo o desenvolvimento e aprendizagem de cada sujeito, a interação e comunicação de aluno-aluno, aluno-professores, aluno-escola-família, bem como dar subsídios para uma práxis que proporcione o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos com equidade.

Diante disto, o presente estudo teve como objetivo geral: compreender à luz da percepção dos educadores e da literatura na área, qual a importância da formação de professores para o trabalho docente na perspectiva da educação inclusiva. E, como objetivos específicos: identificar a percepção dos educadores sobre a educação especial e educação inclusiva; analisar, com base na percepção dos educadores e da literatura, qual a importância da formação de professores para o desenvolvimento de uma práxis na perspectiva da educação inclusiva; identificar com desenvolver uma práxis inclusiva e com equidade para atender as necessidades educacionais dos estudantes no contexto da sala de aula inclusiva.

Esta pesquisa tem como **método de pesquisa**, o **dialético**, pois “parte da premissa que, na natureza, tudo se relaciona, se transforma e há sempre uma

contradição inerente a cada fenômeno” (FERNANDES, 2000, p. 7). Representado pelo fato de que há o embasamento teórico, como os documentos legais e a percepção de contradição entre os documentos e a realidade que ocorre nas práticas diárias da escola onde houve a investigação. Partindo assim para a construção de novas perspectivas, mediante ao que foi estudado e observado. Para LAKATOS (2003) “nenhuma coisa está acabada, encontra-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim desse processo é sempre o início de outro”.

A pesquisa tem como caráter **descritivo**, tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos. (ALMEIDA, 1996, p.104).

É **qualitativa**, considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, é um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. (PRODANOV e FREITAS, 2013, P. 70). Devido também a busca de perceber a relação entre os documentos legais que subsidiam uma prática inclusiva e a atuação docente voltados ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais na escola comum, sem quantificá-los, mas sim perceber essa relação de forma qualitativa. E **comparativo**, ocupando-se da explicação dos fenômenos e permitindo analisar o dado concreto, deduzindo desse “os elementos constantes, abstratos e gerais.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107).

A pesquisa tem como meio de **investigação de campo**, onde se observa e coleta os dados diretamente no próprio local em que se deu o fato em estudo, contato direto com o mesmo, sem interferência do pesquisador, (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 75). E também a pesquisa bibliográfica, onde “a pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constitui-se no passo inicial de outra pesquisa, todo trabalho científico pressupõe uma pesquisa bibliográfica preliminar” (ANDRADE, 2001, p. 44)

Com o objetivo de compreender a perspectiva dos professores quanto a Educação Inclusiva, usamos a **coleta de dados**, com base em um questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas, assim tornando-se mais fácil a compreensão do que os professores pensam. O questionário foi feito com 5 professoras da rede municipal de educação infantil, localizado na Zona Centro-Sul da cidade de Manaus- Amazonas, sendo estas responsáveis pela docência na classe

regular de ensino. Para proteger a imagem dos professores, usaremos no decorrer do texto as letras de A a E para identificação das respostas de cada professora.

Para compreender melhor a temática que é objeto do estudo aqui feito, foi dividido então em dois capítulos temáticos, que trazem sua construção o diálogo entre a revisão de literatura e os dados construídos no decorrer da pesquisa de campo. Eles foram assim organizados:

- Capítulo I: Educação Especial no Brasil: conceitos, sujeitos e seus direitos, que traz uma discussão quanto a conceituação da Educação Especial, os seus sujeitos, conceitos e direitos, fazendo um passeio na legislação brasileira.
- Capítulo II: Pessoas com Necessidades Educacionais incluídas na Escola Comum, que aborda questões relativas à prática docente no contexto da escola regular, bem como busca compreender a percepção dos professores quanto a perspectiva sobre a Educação Inclusiva na classe comum.

Como contribuição, essa pesquisa pretende reafirmar os direitos que os alunos com necessidades educacionais especiais na escola comum têm, reafirmando o papel que o professor tem e sua perspectiva quanto sua realidade diária na sala de aula. Este projeto pode servir como eixo norteador para os professores em formação, estes que necessitam compreender o valor do conhecimento na área de Educação Especial e Inclusiva. Ao entender a necessidade, o professor pode então tomar atitudes onde influenciará em sua sala de aula pelo resto de sua vida docente, pois conseguirá entender as necessidades educacionais especiais de cada indivíduo presente em sua sala.

Capítulo I

Educação Especial no Brasil: conceitos, sujeitos e seus direitos

Este capítulo foi construído à luz da revisão de literatura da temática, possibilitando aprofundar os saberes quanto a modalidade de Educação Especial, seus sujeitos, conceitos e direitos, fazendo um passeio na legislação brasileira.

1.1 Conceituando a Educação Especial

Para compreender a educação especial é necessário compreender o contexto socioeconômico e político vivenciado em cada época específica, a cultura de cada país e a educação que eles podiam receber.

É importante também ressaltar que termos “portador de necessidades especiais”, “deficiente”, “deficiência” só começaram a ser utilizados a partir do século XX, sendo assim, ao se deparar com documentos mais antigos sobre a educação especial, é comum usarem termos que hoje em dia são teoricamente ou politicamente incorretos, porém comum para a época específica.

Segundo Sasaki (1997), de acordo com o modelo médico, a pessoa deficiente é aquela que precisa ser tratada, curada, reabilitada e habilitada, a fim de se adequar a sociedade como ela é sem maiores modificações. O importante naquela época, era que a criança pudesse fingir que não tinha nada de errado com ela ou diferente, contanto que ela pudesse passar despercebido sendo alguém normal já estava ótimo.

O conceito de deficiência para Piovesan (2010) delimitava-se em quatro estágios sobre a construção dos direitos humanos da pessoa com deficiência. No primeiro estágio eles eram considerados impuros, castigados pelos deuses e viviam em um estado de completa intolerância. No segundo estágio eles eram tidos como invisíveis, onde as pessoas excluíram totalmente eles da sociedade, colocando-os em guetos. No terceiro estágio existiu o assistencialismo, essencialmente marcado pelos avanços da medicina juntamente com a tentativa de curar qualquer tipo de limitação, este talvez o mais presente no Brasil. No último estágio, eles eram considerados doentes, exatamente como a palavra significa, não se concentrava na pessoa e sim na sociedade que não sabia e ainda não sabe lidar com as diferenças.

É importante também ter outra perspectiva a partir da concepção de deficiência em um contexto inclusivo. Para Omote (2005), apenas após a década de 90, que é marcada pelo princípio da inclusão, que há a necessidade de deslocar a atenção que caiu sobre a doença do deficiente para a pessoa portadora da deficiência e as ações no meio social, passível de transformações projetivas que acolham pessoas essas pessoas possibilitando o desenvolvimento completo de suas capacidades físicas e cognitivas.

Por muitos anos a Educação Especial foi vista como uma educação a parte da história, no sentido de que todos os estudantes com alguma deficiência eram excluídos mesmo presentes dentro de sala de aula. Hoje em dia ainda vemos a exclusão, mas por falta de metodologia por parte do professor, este que não se esforça para incluir todos na sala de aula de forma efetiva, assim como Montoan (2005), “a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim ter o privilégio de conviver, e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. A educação inclusiva acolhe a todos sem exceções.

Partindo de uma visão histórica, de acordo com Aranha (2005) ao fazer um breve resumo, a Educação Especial passou muitos anos esquecida e quando finalmente foi lembrada e assistida socialmente, foi quando o preconceito descarado ficou a mostra, pois as pessoas mesmo cientes, não se interessavam pelo assunto. As crianças com deficiências seja esta mental ou física nunca tiveram vez, por muitas vezes eram abandonadas, ignoradas, perseguidas ou até mesmo mortas.

Posteriormente, na época da Idade Média, devido a influência da igreja que estava no poder, as pessoas com algum tipo de deficiência eram ignoradas pela sociedade e viviam excluídas, alguns que tinham uma família um pouco mais privilegiada viviam trancados dentro de casa, pois os seus familiares tinham vergonha de sua deficiência. No século 13 começaram a existir instituições que abrigavam pessoas com deficiência mental, juntamente com a reforma, iniciando assim a pior época para os portadores de necessidades especiais, pois começaram a persegui-los com a ideia de que eram hereges ou “endemoniados”. (ARANHA, 2005)

No século 16 até os dias atuais, começaram a surgir novas ideias de tratamentos ao que se refere as deficiências, onde eram comuns tentativas por meio da alquimia, astrologia, magia e entre outros. A partir do século 16 começou então a ampliar a compreensão das deficiências como um processo natural e então ser tratada de maneira habitual, no caso, ações medicas.

De acordo com a cartilha da visão histórica da Educação Especial, Aranha (2005), houveram três grandes paradigmas educacionais no processo de desenvolvimento da Educação Especial no Brasil: (I) o da Institucionalização, que visava a segregação por meio da internação ou reclusão das pessoas com NEE em instituições como manicômios etc.; (II) o de Serviços, que visava normalização dos sujeitos com NEE para a integração na sociedade, onde as pessoas com NEE tinha que se adequar ao contexto, independente de ter ou não limitação em razão da sua condição de desenvolvimento biopsicológico; e, (III) o dos Suporte, vigente atualmente e que foca a inclusão das pessoas na sociedade, sendo necessário que os contextos busquem se adequar para atender as pessoas com NEE.

Segundo Aranha (2000, p.13), a inclusão pode ser entendida como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades educativas especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado”.

Dessa forma, podemos afirmar que o Paradigma de Suporte possibilita no processo de desenvolvimento do sujeito e no ajuste da realidade social, promovendo os mudanças necessárias para que os sujeitos público alvo da educação especial possam ser realmente incluídas na sociedade.

1.2 Educação Especial na legislação brasileira: breve passeio na história quanto a garantia de direitos.

1.2.1 Educação Especial no Brasil

A década de 60 marcou-se pela relação da sociedade para com a pessoa com necessidades especiais, juntamente com a criação de leis e casas próprias com o intuito de desenvolvê-los para que pudessem integrar na sociedade de forma normatizada, porém houve também o suporte estendido para com as pessoas que necessitam de atendimentos específicos.

De acordo com Silva (2010), o desenvolvimento histórico no Brasil sobre a Educação Especial teve início no século 19, onde seguindo as experiências positivas norte-americanas e europeias foram trazidos serviços dedicados a esse segmento para a população por alguns que organizaram e implementaram ações isoladas e particulares para atender as pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

Essa modalidade foi oficialmente instituída pela LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral do ensino. Art. 88. “A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. A Lei nº 5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, também tem como base os mesmos princípios, educação para todos.

Esta lei, aponta Kassar (1999), começa a explicitar o interesse pelo deficiente, tendo em vista que, na sociedade como um todo, fala-se em ingresso à escola de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização, então “a partir desse momento, notamos a preocupação dos poderes públicos com os problemas de aprendizagem e com a educação especial propriamente”. O importante é considerar que finalmente as pessoas estavam preocupadas.

De acordo com Mazzotta (2001) podemos, pois, afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas oficiais e particulares isoladas; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; e, de 1993 até os dias atuais – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Explica o autor que em 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Nesse período, apenas os cegos e os surdos eram contemplados com ações para a educação. Porém o processo foi lento e doloroso, especialmente pelo preconceito que ainda era muito presente. Apenas em 1954 surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. A APAE é concebida tendo como parâmetro a organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais. A mudança de nomenclatura “alunos excepcionais” para “alunos com necessidades educacionais especiais” aparece em 1986 na portaria CENESP/MEC nº69. O que, apesar de ter sido uma mudança que seguimos até hoje, não foi de grande diferença na realidade daquela época, em relação ao tratamento das crianças.

Ainda embasado nas escritas de Mazzota (2001), em 1972 o MEC - Ministério da Educação e Cultura, juntamente com o especialista James Gallagher, foi apresentado a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira,

assim criando um órgão central para geri-la, o Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, que nos dias atuais é SEESP- Secretaria de Educação Especial, onde mantem as mesmas competências e estruturas do MEC.

De acordo com Sasaki (2002), no início da década de 70, o movimento de integração social passou a ser a discussão, quando então se intentava a inserção do deficiente na sociedade de uma forma geral. O Brasil sempre foi um país muito errado moralmente quanto ao preconceito, mesmo sendo um dos países mais miscigenado do mundo, onde todos vivem aprendendo a conviver com a diferença do outro.

A partir da LDB nº 9394/96, a educação especial passa a ser definida como uma modalidade da educação escolar que passa por todos os níveis de ensino. A escola integra o sistema de educacional (conselhos, serviços de apoio e outros), que promove a relação do ensino e aprendizagem através de diferentes metodologias.

Ao observar a história do Brasil podemos fazer diversos tipos de críticas para que então possa haver uma mudança significativa, já que até mesmo nos dias atuais, a educação especial não atende a todos os alunos que necessitam, seja por falta de conhecimento dos pais, por falta de consideração do professor para com seu aluno ou pelo país que também não mostra uma educação melhorada. As leis existem e o trabalho mundial está mostrando avanços a cada dia, porém ainda é um assunto de pouco conhecimento público, pois as pessoas não buscam informação.

De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que tem sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar (FERREIRA & FERREIRA, 2004, p.33).

É necessário afirmar que apesar das leis e classes especiais para crianças com necessidades especiais, houve muito tempo em que as salas eram também uma forma de exclusão, onde os estudantes chamados de “problemas” eram jogados, as vezes sem ter nenhum tipo de necessidade educacional especial, dificultando assim o trabalho metodológico da professora no atendimento que realmente deveria ser feito.

Como cita Silva (1987):

Também no Brasil a pessoa deficiente foi considerada por vários séculos dentro da categoria mais ampla dos 'miseráveis', talvez o mais pobre dos pobres. Os mais afortunados que haviam nascido em 'berço de ouro' o pelo menos remediado, certamente passaram o resto de seus dias atrás dos portões e das cercas vivas das suas grandes mansões, ou então, escondidos, voluntária ou involuntariamente, nas casas de campo ou nas fazendas de suas famílias. Essas pessoas deficientes menos pobres acabaram não significando nada em termos de vida social ou política do Brasil, permanecendo como um 'peso' para suas respectivas famílias. (SILVA, 1987, p. 273).

Buscando a eficiência nos processos de ensino, ao invés de buscá-los na medicina, a Educação Especial e a Educação Inclusiva visa ter como objetivo central a construção de conhecimentos, a aceitação e a busca de eficiência nos processos de ensino e aprendizagem nas escolas.

1.2.2 Marcos Legais

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), no que se refere a organização do sistema de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais básicas, as Leis que garantem os direitos das pessoas com NEE são:

- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990)**

Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, dispõe em seu artigo 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes por lei, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Continua também dizendo que é:

Dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Lei nº8.069. Art.4º)

É possível analisar com base nas leis do ECA o quanto fica claro os direitos e os deveres que toda criança tem juntamente com sua família. Pensando nisso, é de extrema importância lutar ainda mais para que essas leis sejam cumpridas e ciente de nossos deveres, focar no que realmente é importante, a criança e seu bem-estar.

O ECA estabelece, no que se refere a educação, no seu artigo 53 que “a criança e o adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, assegurando:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- II. Direito de ser respeitado pelos seus educadores
- III. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

No artigo 54 complementa que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”

- I. Ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III. Atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV. Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Complementando em seu Artigo 55 que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

As leis que foram criadas nesta época são leis que ainda estão em vigor até os dias atuais. O importante é ter conhecimento dos nossos deveres como cidadãos quanto as crianças e os adolescentes, para que de fato possa funcionar e minimizar o número de pessoas que vivem em situação de exclusão, sem direitos e abandonadas

- **Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)**

Foi aprovada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização

do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (Jomtien 1990. p. 4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência. O Brasil participou desta conferência mundial sobre educação para todos onde ao assinar a declaração, assumiu internacionalmente o compromisso de erradicar o analfabetismo e garantir a todos o ensino fundamental. Para que esta declaração seja de fato cumprida, o Brasil está cada vez mais se comprometendo ao criar instrumentos norteadores e documentos legais onde é possível apoiar sistemas de educação inclusivos em diferentes âmbitos, seja este municipal, estadual ou federal, assim tendo uma grande evolução no sentido de não permitir que a exclusão seja algo definitivo em um país ainda extremamente preconceituoso como o Brasil.

- **Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**

É de extrema importância que no Projeto Político Pedagógico de cada escola esta lei esteja inserida, pois é necessário conhecimento para que a escola se preparem quanto ao ambiente externo e interno para receber as crianças com necessidades educacionais especiais, juntamente com o diálogo que deve existir entre os professores e os gestores quanto ao preparo de cada especificidade das crianças que serão inseridas em suas salas.

No artigo 4, inciso III – Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. No Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento será feito em classes, escolas ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas escolas comuns do ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos durante a educação infantil. (LDB)

Isto no que diz a respeito da Educação Infantil, toda criança tem direito de ser tratada de acordo com suas singularidades, ao pensarmos desse jeito é necessário a compreensão dos professores na rede de ensino pública e municipal a respeito do cuidado que deve ter com todas as crianças e o trauma que cada atitude pode trazer para a vida desta criança caso ela passe por momentos abusivos intelectualmente.

No Artigo 59, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (LDB, 2005, p.25).

Neste sentido é possível notar o papel que o professor tem em sala de aula, em especial em relação ao que se refere à sua formação, necessária para diversificar metodologias para os diferentes estudantes matriculados na turma, na busca por garantir a equidade.

No Art. 60, garante que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo Único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na

própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB, 2005, p.26).

Quanto ao processo avaliativo que deveria também estar inclusivo nas leis no sentido de que o processo de evolução do estudante com necessidades educacionais não é o mesmo na classe comum, deixa uma grande preocupação quanto a ausência de uma lei que remeta a isso, porém é importante pensar que na sala de aula o processo de escolha quanto a sua metodologia é do professor, cabendo assim uma conversa com os pais juntamente com os gestores para que assim, juntos, possam decidir o que deve ser feito em relação a avaliação deste estudante.

- **Decreto nº 3.298/99**

Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que consolida as normas de proteção e dá outras providências. Este documento é de extrema importância, pois foi assim que começou as discussões sobre as necessidades dos portadores de deficiência e sua acessibilidade nos locais, junto com o pensamento da integração deles sendo protegidos pela lei, especialmente em um país como é o Brasil, onde ainda há e sempre existiu desde o princípio, o preconceito contra qualquer pessoa que seja diferente.

- **Portaria MEC nº 10.098/00**

Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Nesse sentido, convém esclarecer que muitas escolas têm dificuldades quanto a acessibilidade, tanto arquitetônica como atitudinal e metodológica, no que tange à organização da escola para receber estudantes com dificuldade para se locomover e aprender. Desta forma, com esta Portaria, foi dado início a um ciclo de mudanças para a garantia de acessibilidade nas escolas.

- **A lei nº 10.172/01**

Ela aprova o Plano Nacional de Educação, estabelecendo vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Sinteticamente, essas metas tratam: (i) Do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios – inclusive em parceria com as áreas de saúde e assistência social – visando à ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos; (ii) Das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na educação infantil e no ensino fundamental; (iii) Do atendimento extraordinário em classes e escolas especiais ao atendimento preferencial na rede regular de ensino; e, (iv) Da educação continuada dos professores que estão em exercício à formação em instituições de ensino superior.

- **Declaração Mundial de Educação para Todos e Declaração de Salamanca**

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade na educação.

Nesse sentido o documento orientador busca garantir, dentre outros aspectos: (I) o direito fundamental de todas as crianças à educação, de forma ela tenha acesso ao conhecimento; (II) o reconhecimento de que cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios, portanto os sistemas educativos precisam se organizar para oferecer programas que contemplem essa gama de diferentes características e necessidades; (III) o direito ao acesso das pessoas com NEE às escolas comuns, que devem integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, visando atender suas necessidades para educar com sucesso a todos, inclusive os que sofrem de deficiências graves; (IV) a garantia de direitos da pessoa com deficiência de manifestar seus desejos quanto a sua educação, assim como aos seus pais o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se ajuste às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos; (V) orienta que as políticas educacionais a levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações para a oferta educacional; (VI) garantir que, todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças, garantindo a ajuda mínima nas classes comuns até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico

na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo; e, (VII) a oferta, em caráter de exceção, da escolarização em escolas ou classes especiais na escola regular, apenas nos casos em que “a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança, [...] ou quando necessário para o bem-estar da criança”. Declaração de Salamanca (1994, pg. 5)

Essas diretrizes visam não apenas a matrícula, mas apontam a necessidade da escola se organizar para atender, visando o sucesso na aprendizagem, as pessoas com NEE. É claro que, apesar de focar no atendimento a todos, ainda deixa margem para o atendimento mais segregativo em classes ou escolas especiais, visto que não estabelece quais os casos de crianças que deverão ser matriculadas nesses espaços e, mais ainda, quando afirma que isso deve ocorrer quando a escola comum não satisfizer a necessidade educativa da criança. Assim, se considerarmos a resistência das escolas à inclusão das pessoas com NEE, seja por falta de formação docente adequada ou por outros motivos, mais distante fica a possibilidade da inclusão educacional.

E, quanto a preparação dos profissionais da educação para atender aos educandos com NEE na classe comum, o documento busca assegurar um contexto de mudança sistemática, por meio de programas de formação do professorado, tanto inicial como contínua, buscando orientar e capacitar para que atendam as necessidades educacionais especiais dos educandos nas escolas. Assim, esses programas de formação inicial deverão possibilitar a construção de conhecimentos que auxiliem na capacidade de avaliar as NEE, de adaptar o conteúdo do programa de estudos, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos para atender a um maior número de aptidões de cada educando.

Mais especificamente o documento orienta que:

A capacitação de professores especializados deverá ser reexaminada com vista a lhes permitir o trabalho em diferentes contextos e o desempenho de um papel-chave nos programas relativos às necessidades educacionais especiais. Seu núcleo comum deve ser um método geral que abranja todos os tipos de deficiências, antes de se especializar numa ou várias categorias particulares de deficiência. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.38).

Isso porque o documento ainda orienta que as escolas devem acolher a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais,

emocionais, linguísticas ou NEE. Aos educandos com deficiências graves ou múltiplas deve ser dada atenção especial, reconhecendo que eles têm os mesmos direitos que os demais membros da comunidade, de se desenvolverem até a idade adulta com o máximo de independência. Declaração de Salamanca, (1994, p.16).

Acima de tudo, o documento preconiza que os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades das crianças, disponibilizando, inclusive, apoio adicional no programa regular para os estudos do currículo comum, ao invés de seguir um programa de estudos diferente. Para isso, os gestores escolares devem ser convidados a criar procedimentos mais flexíveis de gestão, a remanejar os recursos pedagógicos, diversificar as opções educativas, estabelecer relações com pais e a comunidade.

O documento aponta que só as escolas comuns se organizando para uma orientação integradora é que se chega a um meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos. Isso porque, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles que tem deficiência.

A Declaração também serve como dispositivo político-filosófico para a igualdade de oportunidades e a valorização das diversidades no contexto educativo, se realmente gerarem políticas públicas para a implantação e implementação dessas diretrizes, será possível acreditar que passos mais concretos para a integração de todos seja possível, principalmente se preconceitos e barreiras para o aprender forem eliminadas, dando espaço para a inovação das metodologias para atender os estudantes com NEE numa perspectiva de educação igualitária, com qualidade e acessibilidade.

Quando compreendemos que a educação é um direito básico e fundamental para que a pobreza e o trabalho infantil deixem de ser algo de grande índice no Brasil, é muito fácil abrir espaço e dar prioridade para que todos tenham acesso a uma boa educação, para que assim seja promovido, a paz, a democracia, a tolerância e o desenvolvimento. O Brasil ao assinar esta declaração, compromete-se com os objetivos propostos que visam uma transformação do sistema de ensino no contexto inclusivo.

- **Convenção de Guatemala (1999)**

A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência ajudou a reafirmar os direitos humanos que é fundamental para qualquer cidadão, sem diferenciação ou preconceito, dando ênfase a dignidade que cada um merece viver e com igualdade.

- a) O termo "discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

Em seu Artigo I, essa declaração deixa os termos bem esclarecidos quanto aos portadores de deficiência e o que seria a discriminação contra eles, dando ênfase na eliminação de qualquer ato de preconceito.

Quando falamos de diferenças, devemos levar em consideração a relação que o professor tem com os alunos de sua sala e as metodologias trabalhadas dentro de sala sobre a inclusão, no sentido de que, sabemos que até nos dias atuais, com tantas leis e lutas para que o preconceito acabe, os portadores de deficiências sempre estão sofrendo muita discriminação. A sua limitação física, sensorial ou mental, acaba sendo determinante da pessoa que ele é e ao estudarmos isso, sabemos das milhões de possibilidades que uma pessoa com necessidades especiais tem de evoluir quanto pessoa.

Nesse sentido Omote (2006) diz que o ser humano é um complexo de singularidades e suas diferenças se distribuem numa população de múltiplas formas, sejam aquelas identificadas no plano de cada indivíduo específico, seja àquelas em relação aos grupos, à raça, gênero, idade, cultura e até mesmo condições físico-geográficas do ambiente imediato.

Quando a declaração passa a dar ênfase na garantia dos direitos a quem é diferente de algum modo, protegendo-o contra inúmeras situações que ocorrem no dia-a-dia, se torna mais fácil ser trabalhado com as crianças na sala de aula pois se

torna algo que elas já têm noção do que devem ou não fazer contra casos de discriminação.

A reestruturação do sistema de ensino foi de extrema importância pois antes, a educação de alunos com necessidades educacionais especiais era um modelo paralelo e segregado, voltado para o atendimento especializado. Nos dias atuais vemos resoluções que orientam aos educadores e pessoas em geral quais estudantes compõem a chamada educação especial. Como descrito na Constituição Federal (Brasil, Resolução nº 4/2009, I, II, III), que os define assim:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Tendo noção do público alvo da educação especial é mais fácil então tomar medidas para a integração desses estudantes na escola comum, onde muitos apesar de inclusos continuam excluídos. Isso porque, ao pensar na Educação Inclusiva temos muitos problemas para enfrentar, sendo um dos principais, o papel que o professor esquece que tem ao estar na sala, ao mesmo tempo, a falta de preparo do educador e a falta de auxílio na sala onde o número de crianças é grande para somente uma pessoa.

Na busca por conhecer a percepção dos professores em relação à educação especial, pedimos a eles que explicassem o era esse tipo de educação. Eles definiram educação especial como:

Professor A: É uma educação específica direcionada a especificidade da criança. Deve ser oferecida em escolas especializadas a cada deficiência, como escola para surdos, cegos e outras. Porque a escola de ensino regular ainda não está aparelhada para receber esses alunos, e oferecer um ensino de boa qualidade.

Professor B: É a educação voltada as pessoas com necessidades especiais. Na própria escola, com professores especializados, mantendo assim, o convívio com as outras crianças.

Professor C: É uma educação organizada para atender alunos com determinadas necessidades especiais. Em escolas próprias com recursos e profissionais capacitados para melhor atender essas crianças.

Professor D: A educação especial é uma educação que não tem que excluir ninguém e nem favorecer só “os especiais”, todos deveriam ter direitos iguais, porém esse tipo de educação só existe na teoria. Tem que se levar em consideração os graus de necessidades. Entretanto, todos juntos numa sala de aula é o ideal, pois uns aprendem com os outros.

Professor E: É uma educação voltada ao atendimento de crianças com determinadas necessidades especiais. Em escolas próprias com recursos e profissionais capacitados para atender essa clientela.

Os Professores (A, C e E), reconhecem que essa educação é direcionada para o atendimento dos educandos com NEE, mas defendem que este deve ocorrer em escolas especializadas e não nas escolas comuns, pois como destaca o Professor A, a escola comum não está ‘aparelhada para receber esses alunos’, como se atender as necessidades de todos os educandos depender apenas de recursos específicos, desconsiderando que a educação na perspectiva da inclusão, deve, acima de tudo, está baseada na escuta da necessidade do educando e na escolha de uma proposta pedagógica que atenda a essas necessidades, embasada, principalmente, nas teorias gerais da educação.

Em contrapartida, os professores (B e D), além de reconhecerem que essa é uma educação voltada para atender às pessoas com NEE, destacam que esse atendimento pedagógico deve ocorrer na escola comum, pois uma vez incluídos eles teriam convívio com outras crianças e aprenderiam uns com os outros.

Neste aspecto é perceptível a visão excludente da maioria dos professores participantes do estudo, concebendo que a educação segregativa é a mais adequada para as pessoas com NEE, por considerar que a escola comum não está preparada para receber os cidadãos brasileiros que nascem com alguma necessidade especial, com isso, desconsidera que, não é excluindo e considerando as pessoas com NEE um problema que não sabemos e nem queremos resolver que vamos melhor atendê-los, mas é compreendendo, respeitando e valorizando as diferenças entre os sujeitos sociais, que vamos contribuir para a construção de uma sociedade mais empática a necessidade uns dos outros, que respeita às diferenças porque todo o ser humano é diferente e que busca caminhos para dar acessibilidade a todos.

CAPÍTULO II

PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS INCLUÍDAS NA ESCOLA COMUM

Este capítulo foi construído à luz da revisão de literatura em conjunto com a análise das falas dos professores pesquisados, possibilitando aprofundar os saberes quanto a Educação na perspectiva Inclusiva, o atendimento especializado, a formação dos professores e os desafios do trabalho pedagógico na escola comum na perspectiva da inclusiva.

2.1 A Educação na Perspectiva Inclusiva (Categoria de análise 1)

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), foram eleitas como fundamentos da República, a cidadania e a dignidade de pessoa humana, que tem como objetivo a promoção do bem a todos, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação”. Portanto, a inclusão é o caminho para a garantia desses direitos. Como preconizado nos artigos e incisos da Constituição Federal do Brasil; (BRASIL, 1988, Art. 1º, II e III).

Para entendermos o que seria a educação inclusiva, de acordo com Dutra (2003), a inclusão postula uma reestruturação do sistema de ensino com o objetivo de fazer com que a escola se torne aberta às diferenças e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais. Na busca por saber o que os professores compreendem como educação inclusiva, recebemos as seguintes respostas:

Professor B: Introduzir as crianças com algum tipo de deficiência no ensino regular, esperando a socialização com as outras crianças.

Professor C: É uma educação voltada a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Professor D: Uma escola voltada para todos, porém com disponibilidade de recursos.

Professor E: É uma educação voltada a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. Muito embora não tenhamos suporte nas escolas para trabalhar com as crianças.

Neste sentido, nota-se então como é comum ter esse pensamento de que a Educação Inclusiva é aquela que inclui a todos com equidade, disponibilizando oportunidade a todos, trabalhando na singularidade, acolhendo a todos e sempre

pensando como desenvolver o cognitivo e o social de qualquer criança, seja qual for sua necessidade.

Corroborando com o texto supracitado, Freire (2001), passa a ideia de que o professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as singularidades e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo comum a todas elas e então, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos.

Porém, para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se. “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC-SEESP, 1998)

Ao perguntarmos aos professores entrevistados se eles fossem Secretário de Educação, quais as medidas de políticas públicas implementariam para que a educação inclusiva ocorra com sucesso nas escolas, as suas respostas foram:

Professor C: Escolas com mais recursos e profissionais capacitados na área.

Professor D: Colocaria em prática as leis da Educação Inclusiva.

Professor E: Escolas com mais recursos e profissionais capacitados na área.

O professor D faz uma crítica importantíssima que acaba sendo comum durante o discorrer deste texto, que seriam as leis sem estar em vigor, mas não sendo praticadas. O que nos faz questionar se os pais dos alunos estão cientes dos direitos que seus filhos têm, evitando desta forma, o processo de exclusão (não em sua totalidade) que estudantes com necessidades especiais passam.

Desta forma como preconizado em Lei no (Brasil, 1988, Art. 205) que trata “Da educação, da Cultura e do Desporto”, que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Desta forma, o país se compromete com o povo, independentemente de sua raça ou nível de desenvolvimento bi psicológico, a garantir a educação, sem distinção de direitos.

Quanto aos professores C e E, fica claro que a escola tem uma grande responsabilidade quanto a disponibilização de recursos para que possam ser feitos trabalhos com a ênfase na inclusão de todos os alunos da sala de aula, porém

sabemos que mesmo que os professores tenham recursos providos pela a escola, alguns deles ainda assim não tentam fazer um trabalho redimensionado para o público alvo deste texto.

A inclusão numa sociedade de excluídos se torna um desafio que deve ser enfrentado, sendo fundamental o investimento na formação docente direcionada para a construção de um pensamento e práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Glat, Ferreira, Oliveira e Senna (2003p.35):

Os atuais desafios da Educação Inclusiva brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino.

Em um estabelecimento destinado a Educação Infantil que em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) tenha a descrição de um colégio inclusivo deve dispor de profissionais devidamente orientados para lidar com as necessidades educacionais especiais das crianças ali presentes, pois é provido por lei a obrigatoriedade do atendimento da demanda dessas crianças. Porém, nas salas de aula, o processo de inclusão é um pouco mais difícil, pois os professores em sala de aula muitas vezes não estão preparados para receber essas crianças.

Quando perguntamos ao professor quais as medidas educacionais eles apontam como necessárias para a inclusão escolar nas classes comuns de ensino, suas respostas foram:

Professor A: Rever a Lei. No meu entendimento nem toda criança portadora de necessidade especial poderia ser matriculada na escola regular, ela deveria ser classificada de acordo com a sua necessidade.

Professor B: que tenhamos formação específica voltada para a inclusão com mais atividades práticas e menos crianças na sala de aula.

Professor C: Cursos específicos na área e auxílio de monitores capacitados para ajudar o professor em sala de aula.

Professor D: A inclusão ainda está só no discurso, mas as crianças com necessidades especiais já estão nas salas. Falta vontade política, falta investimento, formação adequada, pessoas qualificadas.

Professor E: Cursos específicos na área e monitores para auxiliar o professor em sala de aula.

Neste sentido, fica evidente na fala de todos os professores participantes da pesquisa que há uma necessidade de investimento na formação continuada sobre a temática em específico. E, como mencionado em vários momentos neste estudo, a legislação preconiza o direito do professor a receber essa formação. No entanto, evidencia-se aqui uma ausência da efetivação destas políticas públicas como descrita em Leis, para que o professor realmente receba a formação qualitativa e possam ter o suporte necessário, a modalidade de educação especial, como complementação ou suplementação, de acordo com a necessidade educacional do aluno. Além disso, a legislação também aponta para o suporte por meio de professores auxiliares, mediadores ou monitores, além de recursos específicos para que a educação inclusiva seja efetiva.

No Brasil, não falta legislação para a garantia dos direitos dos cidadãos e para a oferta de uma educação inclusiva fundamentada na igualdade de direitos e na equidade, mas elas precisam sair do papel para se concretizarem em políticas públicas efetivas.

2.1.1 Atendimento Educacional Especializado

De acordo com o Decreto n. 6.571/2008, em convergência com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), a educação inclusiva passa a ser definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas da educação, cujo objetivo é garantir a todos iguais condições de acesso, permanência e êxito no processo de escolarização nas salas de aulas comuns das escolas regulares. Nessa compreensão, a Educação Especial suplementa e complementa a educação e se realiza por meio de oferta do AEE a alunos com deficiência visual, intelectual, física, surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

Ao compreendermos que a Educação Inclusiva já deve ser ofertada em todos os níveis de ensino regulares, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma nova forma de possibilitar a articulação entre o ensino comum e o acompanhamento especializado em unidades de ensino, facilitando assim o acesso e o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais e familiares, contribuindo também ao

exercício de boa convivência sem discriminação. Mesmo que o AEE seja obrigatório, a matrícula do estudante com NEE é opcional.

Conforme preconizado na Constituição Federal, (Brasil, 1988, o Decreto n. 6.517/2008, artigo 1º, parágrafos I e II):

Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Dando continuidade nos artigos da constituição este, afirma que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro as ações para a oferta desse atendimento: (Brasil, 1988, o Decreto n. 6.517/2008, artigo 3º):

I - Implantação de salas de recursos multifuncionais; II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

Ao analisarmos os decretos, podemos confirmar que as salas de recursos deveriam ser bem presentes nas redes públicas de ensino, porém apesar de que haja abertura para que a criança com NEE adentre a escola e seja integrada, não há recursos humanos preparados como os professores capacitados, e também se observa que não há prédios com instalações apropriadas para receber alunos da educação inclusiva e muito menos salas de recursos.

Quando perguntado do professor se haviam obstáculos para que a educação inclusiva ocorra com sucesso nas escolas e quais eram, as respostas foram:

Professor C: Sim, a falta de recursos, materiais para desenvolver atividades, profissionais qualificados, estrutura entre outros.

Professor D: Os únicos obstáculos são a falta de comprometimento por parte do poder público e de alguns pais que não assumem suas obrigações. Seja por falta de tempo ou comprometimento.

Uma das coisas que foi percebida durante todos os estágios pelos quais realizamos, foi que existem poucas escolas que realmente conseguem lidar com as diferenças e trabalhá-las de forma respeitosa e inclusiva. Muitas vezes observamos práticas excludente de professores e também professores sem saber como agir pedagogicamente para atender as necessidades dos alunos e o pior, sem nenhum suporte pedagógico da gestão da escola ou de formações continuadas.

Mazzota (2006) afirma que a acessibilidade se constitui em matérias de trabalhos específicos ou adaptados com ênfase para adquirir autonomia, elementos essenciais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, sem contar as adaptações ambientais que garantam o fácil acesso.

Sem acessibilidade, se torna muito difícil um aluno com deficiências físicas continuar indo à escola. O que torna essa situação mais grave é a justificativa apresentada pela escola para a não inclusão, informando que não está preparada para receber esses alunos, assim prolongando a exclusão.

As Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes preparados com equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos e fisicamente adaptado para que ocorra de fato o Atendimento Educacional Especializado, onde as crianças são atendidas no contra turno do seu ensino regular. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares. Ministério da Educação, (BRASIL, 2008, p.16)

É importante ressaltar que nessas salas, as atividades são desenvolvidas com o objetivo de atender as especificidades de cada estudante com NEE e para que as escolas possam receber as salas de recursos, elas devem atender a certos critérios, tais como, ter matriculados as crianças que são alvo da educação especial registradas no Censo Escolar/MEC/INEP, disponibilizar de professores com formação inicial ou

específica para o AEE, ter no espaço físico da escola local onde podem ser instalados os equipamentos necessários e recursos. “As Secretarias Municipais e Estaduais de Educação devem estar inscritas no Plano de Ações Articuladas (PAR)”. (Revista, 2011).

De acordo com o MEC, no documento Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o: atendimento educacional especializado, o professor que irá atuar na Sala de Recursos deverá ter graduação, pós-graduação e formação continuada que o permita fazer atendimentos. Para isso são necessários: Ministério da Educação, (BRASILIA, 2006, p. 17).

a) Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular; b) Atuar de forma colaborativa com professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo; c) Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola; d) Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional; d) Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional; e) Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos; f) Preparar materiais específicos para o uso dos alunos na sala de recursos; g) Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular; h) Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade; i) e Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.

Podemos então observar que o professor da sala comum tem que se comunicar com o professor da sala de recursos e juntos conversar com os pais e gestores para que assim possa haver de fato uma melhora significativa na autonomia intelectual e social do estudante atendido que precisa de metodologias específicas para conseguir se adaptar a vida na sociedade. Não podemos esquecer também do trabalho que o professor tem que fazer na sala de aula com as outras crianças pois só assim o estudante com NEE pode viver uma educação de fato inclusiva.

2.2 Formação de professores para o desenvolvimento da educação na perspectiva inclusiva. (Categoria de análise 2)

No Brasil foi preciso muitas reivindicações advindas das lutas dos movimentos sociais pelo reconhecimento de que a diferença, as NEE dos sujeitos sociais não os desqualifica e precisam ser reconhecidas e contempladas nas práticas pedagógicas. Vários foram os documentos legais que buscaram garantir isso, tanto nacionais como internacionais e, destacamos como relevantes a Conferencia Mundial de Educação Para Todos, Jomtiem (1990), a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais e Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros.

Com todas essas propostas, o país determinou-se à profunda transformação do sistema educacional brasileiro de forma a poder acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições.

É possível verificar nos Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.N), publicados em 1998, a orientação e o esclarecimento dos profissionais da Educação quanto à relação professor-aluno no desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem, eficaz e significativo, levando em consideração a educação em um todo e focando no desenvolvimento pleno da pessoa, sem discriminação ou preconceitos.

Nos dias atuais é bem mais fácil encontrar um processo de reflexão-ação-reflexão aonde os professores busquem modelos eficazes para que a educação inclusiva ocorra de fato, baseando-se no contexto de cada escola. Quaisquer crianças com necessidades educacionais especiais têm direito de ingressar ao ensino público.

É importante também olhar as alternativas pedagógicas que os professores buscam para fazer o trabalho docente inclusivo, e de acordo com os que foram entrevistados:

Professor A: Leitura, relatos de outras colegas, parceria da família e algum apoio da escola e SEMED.

Professor C: Leitura, vídeos e palestras voltadas para educação inclusiva e o apoio da equipe pedagógica.

Professor D: Além das teorias, torna-se necessário pesquisas e desenvolvimento de recursos pedagógicos, pois os recursos disponíveis são inexistentes. Tem que usar o coração e bastante força de vontade. Cada caso é um caso, ou, uma necessidade diferente.

Professor E: Leitura, vídeos e palestras voltadas para o tema. E o apoio da equipe pedagógica é essencial.

Os professores tentam então fazer um trabalho, mesmo sem nenhuma orientação de profissionais especialistas em educação especial e sem nenhum suporte da educação especial, voltados para a inclusão, pois sabem que terão em suas salas de aula crianças com NEE. Mesmo assim, o professor ainda tem um longo percurso, com vários obstáculos que exigem dele um investimento em sua formação continuada, seja promovida pelos sistemas de ensino, seja por meio da autoformação para aprimorar-se pedagogicamente e poder atender a todos com igualdade de oportunidades e equidade para o acesso à construção do conhecimento.

Como profissional responsável pelas aulas propostas na educação escolar de cidadãos, têm, portanto, direitos a condição que lhe permitam estudar, pesquisar, entender essa problemática, melhorar seus conhecimentos comunicacionais, incluindo as diversas novas tecnologias da comunicação e seu entrelaçamento com as mais tradicionais. Tais condições precisam ser oferecidas não somente na formação continuada de professores, durante seu tempo de desempenho profissional, mas também seus cursos de graduação (FAZENDA, 2004, p. 107)

Quando perguntado aos professores se eles acham que a formação inicial contribuiu para que você desenvolva uma prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva, as respostas foram:

Professor A: A formação acadêmica é muito geral. No dia a dia do professor é diferente e nos falta conhecimento e apoio pedagógico.

Professor B: Não. Necessitamos de mais formação e informação sobre o assunto.

Professor C: Não, porque na faculdade tudo é muito superficial e a teoria não nos prepara para a realidade da sala de aula.

Professor D: Nem uma faculdade de pedagogia prepara um professor para uma sala de aula. O professor quando assume uma turma tem que se reinventar fazendo uso das informações técnicas e psicológicas que aprendeu na faculdade. Teoria é uma, prática é outra.

Professor E: Não, porque na faculdade tudo é muito superficial e a teoria não nos prepara para a realidade de uma sala de aula.

De acordo com Mazzota (1993, pg. 37), “é indispensável uma unidade de propósitos que possibilite o esclarecimento do tipo de profissional pretendido e a compreensão do seu papel no contexto educacional”. O autor reforça ainda que “o

fundamental é que os professores tenham uma formação consistente, que se alcança através da educação e não de um preparo circunstancial”.

A formação implica um processo contínuo, onde não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas abranger programas de capacitação, supervisão e avaliação, promovendo sempre a reflexão sobre as suas práticas dentro de sala de aula e a relação da sua ação quanto a aprendizagem do aluno.

Ao fazer o questionário para os professores, foi perguntado se eles se sentem preparados para desenvolver uma prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva, suas respostas foram:

Professor A: Não. Mesmo a SEMED oferecendo formação nessa perspectiva, não me sinto preparada, como também não temos apoio no dia-a-dia.

Professor B: Não. Não temos formação específica.

Professor C: Sim, pois tenho curso de pós-graduação voltada para essa modalidade. Porém muitas vezes a escola não oferece recursos necessários para desenvolver um trabalho de qualidade.

Professor D: Nenhum professor de uma sala de aula comum está preparado para receber alunos com necessidades especiais. Cada caso é um caso. Cada necessidade é diferente da outra. Todo professor tem que estar ciente de que pode receber qualquer criança com qualquer necessidade.

Professor E: Não, pois não tenho cursos e nem formação para trabalhar com essas crianças.

Como podemos ver, apenas o Professor C, que tem uma pós-graduação na área, e se sente preparado para receber alunos com necessidades educacionais especiais, para trabalhar na perspectiva inclusiva. De acordo com a LDB, em seu artigo 63, inciso 3, os institutos superiores de educação manterão programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Já é reconhecido pelo governo, pelo país, programas de desenvolvimento para acrescentar nas dificuldades em sala de aula, com propostas inclusivas. Porém, mesmo que tenha, os professores não sentem uma diferença quando terminam os encontros que tem das palestras voltadas para essa área. Muitos deles se sentem perdidos e até mesmo envergonhados ao serem indagados com perguntas das quais eles não sabem responder.

Segundo Mittler (2003, p.20), sobre o ato de educar em um contexto inclusivo diz que:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam

trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo, pelos pais.

Nesta perspectiva, a formação do professor deve ser pensada em constante interação entre a teoria e a prática, juntamente com a formação iniciada, e o trabalho feito dentro de sala de aula, pois ao lembrar da época da faculdade, os conceitos que aprendeu, as metodologias estudadas, só assim é possível que haja de fato uma mudança, porém o professor deve querer.

O professor deve saber a importância do seu papel na sala de aula e como isso envolve o desenvolvimento cognitivo, afetivo e influencia no futuro de qualquer aluno que passa por sua sala de aula para no futuro em relação a gostar ou não de estudar, ou incentivar a conseguir fazer.

Para que aconteça essa inclusão educacional, é necessário que ocorra o envolvimento de todos os membros da equipe interdisciplinar da escola, mas quando perguntamos aos professores se há uma conversa prévia do gestor com eles para que ocorra uma preparação quanto ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, suas respostas foram iguais:

Professor A: Não. Muitas vezes essas crianças chegam sem laudo.

Professor B: Não

Professor C: Não

Professor D: Não existe nenhum tipo de preparo. Existem formações na SEMED, mas com o professor já atuando e recebendo turmas de 20 alunos.

Professor E: Não

A falta de diálogo e orientação aos professores sobre as crianças que eles irão receber e suas necessidades educacionais especiais, torna mais difícil para que eles se organizem para trazer metodologias inclusivas. Não basta só a inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola, ou a garantia da matrícula, é dever da gestão escolar praticar ações que garantam ao professor um preparo prévio do que eles necessitar contemplar em seu trabalho pedagógico. Isso porque,

As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa a beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo. (GLAT e NOGUEIRA, 2002, pg.27)

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde foi feita a entrevista com os professores, vemos claramente como é idealizado a atividade de desenvolver o respeito para com os outros de acordo com suas singularidades, onde podemos ver que:

Diante da inclusão, a escola tem a missão no dia-a-dia de ensinar as crianças a compartilharem o saber, as emoções e as descobertas, por meio de práticas pedagógicas que possibilitam compreender e aceitar o outro em sua singularidade, aberta as diversidades sociais, culturais e físicas, concebendo a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas habilidades, participando das atividades diárias da escola e se desenvolvendo como cidadãos, nas suas diferenças. (Projeto Político Pedagógico, 2017, p. 22)

Porém, usamos a palavra “idealizar”, pois na realidade vemos claramente que não é trabalhado esta singularidade ou inclusão. Ao somente matricular a criança na escola não se pode dizer que esta será incluída, já que o trabalho na sala de aula, de acordo com as professoras, é muito difícil.

É importante ressaltar que durante a pesquisa notou-se essa contradição mediante ao que vimos até agora, no que diz respeito a escola onde foi realizado o questionário, pois quando perguntamos aos professores se a escola trabalha com a educação inclusiva e de que modo, as suas respostas foram:

Professor A: Sim, recendo todos, independentemente das diferenças, por exigência da lei, porque na realidade não estamos preparados para atender as necessidades das crianças com diferentes deficiências.

Professor B: Sim

Professor C: Sim, sempre reconhecendo o valor de cada criança, livre de preconceitos e com o apoio da equipe pedagógica.

Professor D: Incluindo as crianças nas atividades diárias, e dentro das possibilidades, desenvolvendo recursos voltadas às necessidades. Além da sala de recursos.

Professor E: Sim. Observando as dificuldades e valorizando a capacidade da criança, sempre buscando o apoio da equipe pedagógica da escola.

As professoras (C, D e E) dizem que na escola há o apoio da equipe pedagógica e que os recursos são voltados para as necessidades dos alunos, porém a professora (A) diz que só recebem esses alunos na classe regular por exigência da lei, mas que não estão preparados, havendo assim uma contradição que existe até mesmo entre a concepção das professoras entrevistadas. Mudar a escola e inserir o

trabalho que deveria ser feito, é sinônimo de enfrentar diversas atribuições, assim como citado a seguir:

A educação inclusiva, portanto, precisa buscar tanto a adequação das condições de ensino às necessidades de cada aluno como também a capacitação dele para adequar-se às normas e ao uso de recursos comuns da sua comunidade. O foco não pode ser apenas o meio, mas também o próprio deficiente, cuja limitação não resulta apenas das imposições do meio, mas também das alterações constitucionais de que é portador. A educação inclusiva precisa criar oportunidades não só para a maximização das diferenças vantajosas que cada aluno possa apresentar, como também deve envidar todos os esforços para a redução de diferenças desvantajosas. Essa abordagem implica, inevitavelmente, que a realidade da limitação constitucionalmente imposta precisa ser reconhecida e aceita. (Omote, 2006, p. 265)

Para que ocorra a evolução do aluno com NEE, é importante que tenham a oportunidade de viver em ambientes onde seja promovido a equidade, pois ao compreendermos que a educação inclusiva não é só lei, mas sim moralmente correta e algo que deveria acontecer naturalmente em qualquer lugar, não só na escola, podemos concluir que o ato de fazer a mudança parte da sua sala de aula, quebrando esse conhecimento que vem desde a fundação do país, onde o preconceito reina, fazemos nada mais do que a mudança. Levando em consideração também o apoio que os pais devem dar ao cumprirem seu papel em relação as necessidades específicas que estes educandos têm quanto ao AEE, entre outros.

2.3 Os desafios do trabalho pedagógico na escola comum na perspectiva da educação inclusiva. (Categoria de Análise 3)

Quando pensamos em desafios do trabalho metodológico na escola, logo nos vem à cabeça a formação dos professores, a estrutura da escola, a família no processo de colaboração, a quantidade de alunos dentro de sala e de fato a efetivação da Educação Inclusiva. Na opinião dos professores quanto aos desafios para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva, suas respostas foram:

Professor C: Desenvolver atividades específicas com um mínimo de recursos oferecidos.

Professor D: Romper a barreira do discurso e colocar em prática as leis que regem a Educação Infantil.

Professor E: Desenvolver um trabalho com atividades específicas na área sem recursos e apoio da Secretaria de Educação.

É possível notar que o professor (C) e (E) falam sobre o desenvolvimento de atividades específicas para os alunos com NEE, enquanto o professor (D) fala sobre as leis e como elas deveriam ser postas em prática. No decorrer do trabalho podemos observar que muito se fala de atividades que supostamente deveriam ser feitas dentro de sala, mas percebemos que os professores da pesquisa, apesar de responderem em algumas questões já feitas que procuram ler livros, ver vídeos, assistir palestras e terem noção de algumas metodologias que podem ser postas em prática na sala comum, não se sentem preparados para lidar com a demanda que chega para eles.

Mazzota (1996) analisa que todo o professor como aprendiz, deve ter uma formação prática e teórica para que haja um entendimento dos princípios que orientam seus trabalhos e, desta forma, construir seu aprendizado pedagógico. Ao pensarmos nisso, a formação dos professores e seus acréscimos profissionais são requisitos necessários para que se determine a prática integradora satisfatória, no sentido da inclusão.

Quando imaginamos o cenário em que se encontra o professor neste contexto, para que não se torne cansativo, o professor deve proporcionar diversas possibilidades de participar de forma criativa, independentemente da situação. Só então o professor assume o papel de facilitador da construção do conhecimento do aluno na educação regular e especial.

Embora as escolas tenham um discurso de aceitação da diferença/diversidade, muitas na prática não fazem nenhum tipo de mudança para que seja possível dar conta das especificidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, fazendo assim com que os professores de apoio sejam responsáveis pela total educação das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais.

Quando pensamos em educação continuada ou formação de professores, sempre vem à mente todas as inúmeras vezes que os professores nos dizem que devemos buscar diversas metodologias e outras formações para ter um trabalho com um bom desempenho dentro de sala de aula. Mas de acordo com as professoras que foram entrevistadas, a formação que é oferecida pelo governo não é de nada resultante. Ao perguntar do professor se os cursos de formação continuada oferecidos

pela Secretaria de Educação contribuía para seu trabalho na perspectiva inclusiva dentro de sala de aula, essas foram as respostas:

Professor A: Em parte sim, mas precisamos de outras coisas como um professor de apoio, material pedagógico e uma formação mais consistente.

Professor B: Não, pois precisamos de mais prática e menos teoria.

Professor C: Não, pois na maioria das formações é somente uma troca de experiências de trabalhos já realizados em sala de aula.

Professor D: Não, ninguém possui essa fórmula mágica. É necessário pesquisar recursos. Como cada caso ou necessidade é diferente, cabe ao professor buscar ajuda. É o professor que vai lidar com cada situação.

Professor E: Não, porque a maioria das formações é somente uma troca de experiências de trabalhos já realizados em sala de aula.

É notável que apenas o Professor (A) concordou que poderia ser positivo, mesmo que em partes, enquanto os demais professores negaram essa contribuição, pois acreditam que só uma formação curta não é suficiente para prepara-los para saber desenvolver um trabalho pedagógico para a diversidade existente nas salas de aula. De acordo com (OMOTE 2006, p. 260)

O professor precisa aprender a lidar com essa diversidade mediante o uso criativo de diferentes estratégias de ensino para a consecução dos mesmos objetivos com todos os alunos. Para eventuais dificuldades que surgem nessa situação, precisam ser construídas alternativas de solução pedagógica. Não há nenhuma sombra de dúvida de que todos esses alunos precisam receber ensino de qualidade em contextos de ensino comum. Toda a equipe escolar precisa estar qualificada para isso.

A formação docente é um processo muito complexo, não é algo que você simplesmente aprende com teorias, apesar de ser necessário a teoria, é necessário o processo na prática, poder observar metodologias que deram certo na sala de aula em determinados tipos de situações, é de extrema importância para o professor em formação, pois só assim ele poderá compreender que não é impossível acolher crianças com necessidades educacionais especiais.

Voltando os estudos para participação da família no contexto escolar, devemos enfatizar que não é somente sobre os pais de crianças com necessidades educacionais especiais, devemos também falar dos pais das outras crianças presentes na sala. Assim como toda família, existem muitos casos encontrados no dia-a-dia onde há situações críticas, tais como a violência, o alcoolismo e/ou problemas de saúde. Todo tipo de agressão sofrido em casa tem um reflexo expressivo no comportamento da criança na sala de aula, seja esta agressão física

ou verbal, gerando assim crianças que, de forma generalizada, acabam repetindo ações que vivenciam.

É apontado com dever da família para a garantia da educação, mas assim como boa parte dos professores, os pais também não sabem como atender as necessidades especiais das pessoas público alvo da educação especial, a saber: as pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno global do desenvolvimento e as pessoas com altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008), muito menos de como contribuir para a promoção da inclusão.

Dessa forma, buscamos conhecer a percepção dos professores do estudo sobre a necessidade da participação dos pais quanto as orientações recebidas no que diz respeito a inclusão escolar. Eles nos disseram que:

Professor A: Sim, para ajudar a criança e entender o trabalho desenvolvido pelo professor.

Professor B: Sim, pois precisam saber que seu filho não vai ter atenção exclusiva.

Professor C: Sim, pois facilitaria o trabalho do professor.

Professor D: Os pais recebem, mas poucos se importam. Alguns alegam falta de tempo, outros não se importam mesmo. A escola não obriga os pais a cumprirem com suas obrigações.

Professor E: Sim, facilitaria o trabalho do professor.

Todos os professores reconhecem que as orientações às famílias sobre a inclusão contribuiriam para a compreensão da criança e da família quanto ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola, podendo facilitar a prática docente. É importante considerar que o diálogo aproxima a escola e a família, dando oportunidade de haver a compreensão e até uma parceria quanto ao processo de aprendizagem, tanto em relação ao trabalho de inclusão quanto em relação ao desenvolvimento dos educandos.

Paulo Freire (2000) nos ajuda a entender que apesar de não fazer parte das atribuições do professor, devemos sempre alertar aos alunos que filhos não devem imitar cegamente os pais, mas os mesmos devem testemunhar ações coerentes entre o que se prega e o que se faz, ficando clara a busca com humildade e com trabalho, da educação em uma perspectiva ética e democrática, não assumindo atitudes puritanas. “Moral, sim, moralismo não” (FREIRE, 2000, p. 38). Desta forma, importando-se com a conversa prévia tanto com as crianças quanto com os pais de todos os alunos na rede regular de ensino.

Um dos muitos problemas encontrados na escola quanto ao que se refere a maior reclamação de todos os professores pelo o qual passamos no decorrer de nossos estagio curricular, é a da grande quantidade de alunos presentes dentro da sala de aula e como isso pode comprometer até mesmo a saúde mental do professor responsável pela turma.

Ao fazer o questionário não poderíamos esquecer de perguntar aos professores se a quantidade de alunos matriculados na turma pode influenciar no desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva, sendo suas respostas:

Professor A: A quantidade influencia até nos “ditos normais”. Não podemos trabalhar com número de 20 crianças mais um ou dois com necessidade diferentes, sozinha, sem apoio. Só matricula e deixa lá.

Professor B: Sim, pois teríamos mais tempo para dar atenção à criança com necessidade especial.

Professor C: Sim, com ausência de professor auxiliar dificulta o atendimento individual da criança com necessidade especial.

Professor D: Sem dúvida que a quantidade de alunos em sala não seja conveniente. São salas com bastantes alunos. Todos saem perdendo.

Professor E: Sim, pois a ausência de monitores em sala, dificulta o atendimento individual da criança com necessidade especial.

É sem dúvida unanime na opinião das professoras inseridas nos sistemas educacionais públicos que a quantidade de aluno é um desafio imenso, especialmente quando prestamos atenção na fala da professora (A), que já vem com um complemento, especificando que já é difícil normalmente, piora ainda mais quando é acrescentado um ou dois com necessidades especiais, sendo estes, assim como a professora (B) menciona, crianças que necessitam de mais atenção.

Mittler (2003) indica a importância do ambiente educacional, que este deve ser favorável para receber o discente com NEE, para que assim possa haver uma participação efetiva dele na sala de aula. É imprescindível pensar a educação inclusiva sem o amparo legal das políticas publicas vigentes, porém as escolas devem se preparar junto com todo o corpo docente para que então possam planejar ações que trabalhe a implantação da efetivação do processo inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir e concretizar, no contexto das escolas, uma prática pedagógica pautada nos princípios da educação inclusiva, requer, ainda na atualidade, um grande desafio, apesar do movimento mundial e nacional para a educação inclusiva terem intensificado a partir da década de 90 do século passado. Assim, compreender as percepções dos professores, os profissionais que constroem a práxis pedagógica na escola é fundamental, pois dependendo dos seus saberes e concepções, a educação inclusiva pode ou não se concretizar nos contextos escolares.

Nesse sentido, a pesquisa de campo possibilitou compreender que, os professores pesquisados sabem do que se trata a educação inclusiva e tem ideias de como fazer com que ela ocorra com efetividade na escola, porém sua formação, tanto inicial como continuada, não lhes deu subsídios para se sentirem aptos a trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, sendo apontado por eles que é necessário uma formação específica para isso. Na categoria de análise 3, ficou evidenciado que os desafios do trabalho pedagógico na escola comum, tendo em vista a falta de estruturação da escola, o descumprimento da efetivação das leis, os profissionais inseridos nas instituições de ensino comum que não se sentem aptos para lidar com a Educação Especial na perspectiva Inclusiva e a necessidade de uma formação consistente, desde a faculdade.

Através da contextualização histórica, sabemos que depois de um longo caminho percorrido, as leis finalmente existem e são muitas propostas feitas para que a Educação Especial seja efetiva de forma inclusiva dentro dos sistemas educacionais ditos comuns. Mas esta precisa ser reestruturada, pois ainda existem muitas limitações no processo, como a falta de recurso, preparo profissional e respeito quanto as limitações da escola quanto a sua condição física e pedagógica.

É muito importante como professores, levarmos em consideração as singularidades de cada estudante e ainda assim respeitar sua autonomia e seu tempo, para que todos na sala de aula possam viver em harmonia e conseguirem ter um desenvolvimento proveitoso.

O problema encontrado não foi a inclusão do aluno na escola comum, mas sim como o fazer, pois com um número grande de alunos na sala de aula, sem estrutura física no prédio institucional, a falta de capacitação profissional, falta de organização

por parte da gestão, se torna um processo impossível dentro da escola, onde normalmente a inclusão já é lenta.

Outra preocupação que hoje em dia se torna um alerta, é a falta de comunicação com os pais, de todos os alunos da sala, não somente da criança com Necessidades Educacionais Especiais, pois sabemos que a criança é um reflexo poderoso do que acontece em casa e quando pensamos em uma país feito o Brasil, que foi construído em cima do extermínio de boa parte dos índios e da escravidão, ainda é muito comum observar o pensamento preconceito que os pais tem com uma criança que precisa de atendimento especializado.

Uma verdadeira educação se faz a partir do respeito às diferenças individuais, sendo assim, o professor deve estar preparado capacitando continuamente em busca de metodologias que possam beneficiar a todos os estudantes em sala de aula, em um processo de inclusão. Portanto, todo profissional da educação tem que dar a oportunidade a essas crianças de conquistarem seu espaço na sociedade em que vivem, já que esta é extremamente preconceituosa e vivem em um mundo onde o pensamento excludente é algo considerado natural. A mudança deve ser feita a partir de nós, professores, que todos os dias encontram vários mundos diferentes ao lidar com todos os tipos de criança.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. São Paulo: Marília, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: Secretária de Educação Especial. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão - Ensino Infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

BRASIL. **Decreto n. 6.517/2008**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_CEB_132009.pdf. Acesso em: 30/10/18. MEC/ SEESP, 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 30/10/18

Cavalcante, Claudia Valente: **Atendimento Educacional Especializado: uma nova proposta de educação inclusiva**, Revista Polyphonia, 2011.

CONVENÇÃO da GUATEMALA: **Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. 1999.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: Souza, D. B. & Faria, L. C. M. (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 2002.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Marcas da história social no discurso de um sujeito: Uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência**. Cadernos CEDES, Campinas, n. 50, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado**. Fortaleza: UFC, 2005.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Acessibilidade e a indignação por sua falta**. *Caderno de Textos da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência- "Acessibilidade: você também tem compromisso"*, Brasília, 12 a 15 de maio de 2006.

MEC/SEESP. **Política de Educação Especial**. Brasília, 1994. Site: www.brasil.org.br, acesso em: 01/07/18.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação Para todos**. Brasília, DF, 1993.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. São Paulo: ARTMED, 2003.

OMOTE, Sadao. **Inclusão e a questão das diferenças na educação**, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**/ Curitiba: Ibpex, 2010. Instantevirtual.com.br, acessado em 12 de ago de 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

APÊNDICE I

Acadêmica: Bruna Thais de Oliveira Limeira

(limeirabruna@gmail.com)

Orientadora: Prof.^a. M. Sc. Andrezza Belota L. Machado

(andrezzabelota@uea.edu.br)

Prezado Educador, nossa pesquisa objetiva compreender como a formação de professores pode contribuir para o desenvolvimento da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva no contexto das classes comuns, considerando que a inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais é apontada, tanto na literatura, como no discurso dos educadores, como um grande desafio da educação no Século XXI. Frente ao exposto, conhecer sua opinião é muito importante para nós.

Nome: _____

Formação: _____

Tempo de atuação no magistério? _____

Tempo de atuação na escola? _____

Professora de Nível de Ensino?

() Ed. Infantil () Ens. Fundamental 1 () Ens. Fundamental 2 () Ens. Médio

Atua em escolas da rede:

() Municipal () Estadual () Privada

Em média, quantos alunos tem matriculados na sua sala de aula? _____

1. A sua escola trabalha com a educação inclusiva? De que modo?
2. Se você pudesse resumir a Educação Inclusiva, como resumiria?
3. Na sua opinião, o que é Educação Especial? E onde ela deve ser ofertada para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais? Por quê?
4. Você tem algum aluno(a) com necessidade educacional especial matriculado na sua turma? Se sim, qual a necessidade educacional especial dele(a)?

5. Existe alguma orientação para preparo dos professores pela gestão escolar antes do aluno com necessidade educacional especial ser incluído na classe regular? Se sim, qual?
6. Você se sente preparado(a) para desenvolver uma prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva? Justifique sua resposta.
7. Caso você já tenha concluído o ensino superior, você acha que a formação inicial contribuiu para que você desenvolva uma prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva? Explique.
8. Quais as alternativas pedagógicas que você busca para fazer o trabalho docente inclusivo?
9. Você acha que os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação para a formação continuada ajudam você a desenvolver um trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva? Justifique sua resposta.
10. Quais medidas educacionais você aponta como necessárias para a inclusão escolar nas classes comuns de ensino?
11. Você acha necessário que os pais recebam orientações para a inclusão escolar? Justifique sua resposta.
12. Na sua opinião, a quantidade de alunos matriculados na turma pode influenciar no desenvolvimento de um trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva? Justifique sua resposta.
13. O que você recomenda para que a educação inclusiva seja efetiva na escola de forma efetiva?

14. Se você fosse Secretário(a) de Educação, quais as medidas de políticas públicas que você implementaria para que a educacional inclusiva ocorra com sucesso nas escolas?

15. Na sua opinião, quais os desafios para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico na perspectiva da educação inclusiva?

16. Na sua opinião, há obstáculos para que a educação inclusiva ocorra com sucesso nas escolas? Se sim, quais?